



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23426/2008

Rubrica: _____

PROCESSO N.º: 23426/2008

APENSO N.º: 00.060.017.085/2004 (02 volumes)

JURISDICIONADA: Secretaria de Estado de Saúde do DF

ASSUNTO: Tomada de Contas Especial

EMENTA: Tomada de Contas Especial – TCE. Secretaria de Estado de Saúde do DF. Apuração de responsabilidades pelo prejuízo causado em decorrência do desvio de medicamentos no Hospital Regional do Guará, Centros de Saúde nºs 1, 2 e 3 do Guará, Posto de Saúde da Vila Estrutural e Posto de Saúde do Conjunto Habitacional Lúcio Costa, no ano de 2004. Irregularidades. Dano ao erário. Prejuízo abaixo do valor de alçada estabelecido na Resolução n.º 181/2007. Unidade Técnica pela determinação à Secretaria de Estado de Transparência e Controle (atual Corregedoria Geral do DF) para que adote procedimento sumário e econômico para ressarcimento. Arquivamento dos autos. Aquiescência do Órgão Ministerial. Voto convergente.

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada com a finalidade de apurar a responsabilidade pelo prejuízo causado ao Erário Distrital em virtude do desvio de medicamentos no Hospital Regional do Guará, Centros de Saúde nºs 1, 2 e 3 do Guará, Posto de Saúde da Vila Estrutural e Posto de Saúde do Conjunto Habitacional Lúcio Costa, no ano de 2004.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23426/2008
Rubrica: _____

Apurados os fatos, a Comissão de Tomada de Contas, por meio do RELATÓRIO DE TCE Nº 91/2012 – DISIM/SUTCE/STC, se manifesta nos seguintes termos:

Diante das informações trazidas aos autos, consideradas suficientes para embasar juízo acerca dos fatos e das irregularidades objetos de apuração em tela, e, em consonância com os Artigos 186, 187 e 927 do Código Civil, bem como os artigos 116, 121 e 122 da lei 8112/90 esta Comissão depois de analisar os documentos acostados aos autos, responsabiliza exclusivamente a servidora Ana Maria Raulino de Medeiros Coly, CPF 106.577.384-68, pelos prejuízos causados ao erário no valor de R\$ 11.531,78 (onze mil, quinhentos e trinta e um reais e setenta e oito centavos).

Ainda em sede de Controle Interno nota-se, pelo Relatório de Auditoria nº 08/2014 - CONTROLADORIA e Certificado de Auditoria-TCE nº 08/2014 - CONTROLADORIA, a conclusão pela IRREGULARIDADE DAS CONTAS da Sra. Ana Maria Raulino de Medeiros Coly pelo prejuízo apurado.

Já na fase de Controle Externo, a Unidade Técnica, por sua vez, manifesta-se às fls. 111/118, por meio da Informação n.º 275/2014 – SECONT/2ªDICONT, nos seguintes termos:

*13. Os elementos que compõem os autos demonstram que o objeto da presente tomada de contas especial foi adequadamente apurado na fase interna. Isso porque **foram evidenciados os pressupostos necessários à responsabilização, quais sejam, a apuração dos fatos e a conduta dos envolvidos, a quantificação do dano e a indicação do nexo causal entre tais elementos.***

*14. **A Comissão Tomadora conseguiu demonstrar que a servidora Ana Maria Raulino de Medeiros Coly concorreu para o prejuízo ao erário, na medida em que, ao proceder a solicitações de medicamentos sem a observância das normas legais (pedidos feitos oralmente sem o receituário), contribuiu para que o precário sistema de controle apontasse uma diferença a menor nos estoques das unidades de saúde do Hospital Regional do Guará, Centros de Saúde nºs 1, 2 e 3 do Guará, Posto de Saúde da Vila Estrutural e Posto de Saúde do Conjunto Habitacional Lúcio Costa.***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23426/2008

Rubrica: _____

15. Os depoimentos colhidos perante a Comissão de Sindicância (fls. 53v*, 54v, 58v*) e os prestados à Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde – PROSUS, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (fls. 61*, 63-64* e 71*), noticiam irregularidades no uso de medicamentos da SES pela servidora Ana Maria Raulino de Medeiros Coly, à época, Diretora da Regional de Saúde do Guará. Vejamos:

Fl. 53v* (Depoimento de José da Silva Varão Junior)

“...confirma o depoente que no dia 17/09/2004, no período da tarde, a servidora Eliana, do HRGu/SES, compareceu ao CS 02 para pegar medicamentos, **a pedido da direção do hospital, para uma ação social que seria realizada**; que a servidora Eliana foi atendida pela servidora Tereza Rabelo, da farmácia, que lhe entregou a medicação requerida, após, ter entrado em contato com a servidora Sandra, da Saúde da Comunidade do HRGu, que confirmou **que o pedido visava anteder solicitação da Diretora do HRGu – Dra. Ana; que foi preenchido pela servidora Teresa o documento “pedido de medicamento”, mas a servidora Eliane não atestou o recebimento dos medicamentos, desconhecendo o depoente o motivo ...”**

Fl. 54v* (Depoimento de Edson José da Silva)

“... confirma o depoente que a Servidora Sandra – enfermeira da Saúde da Comunidade do HRGu, de fato, **solicitou por via telefônica**, à farmácia do CS 03 medicamentos para pacientes participantes do mutirão da saúde, na ação social que seria realizada na vila estrutural, em setembro/2004, **tendo a medicação sido fornecida, uma vez que foi mencionado pela nominada servidora que tratava-se de uma solicitação da diretora do HRGu;...**

Fl. 58v* (Depoimento de Francisca Iva Ximenes Gonçalves)

“... que aproximadamente, em setembro/2004 a Enfermeira Sandra do HRGu fez um pedido de medicação, em nome da Diretora do HRGu/SES, por telefone, para ser utilizado na Ação Global na Estrutural, a medicação foi fornecida; que a depoente preencheu uma requisição de farmácia, constando o nome e a quantidade dos medicamentos fornecidos, o que foi assinado pelo Dra. Ana – Diretora do HRGu/SES; que tem conhecimento que a enfermeira Sandra do HRGu/SES fez pedido, por telefone, de medicação para Vanilda, sem saber qual o destino da medicação solicitada; ...”

Fl. 61* (Depoimento de Lúcia Margarida Carvalho de Melo)

“QUE SEVERINO disse ainda que havia brigado com a Dra. ANA RAULINO e **por isso mesmo deixou de distribuir medicamento da SES/DF com a DRA. ANA RAULINO na**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23426/2008
Rubrica: _____

cidade de Pedregal/GO,...QUE a distribuição desses remédios se deu com objetivo políticoeleitorais; ...

Fls. 63-64* (Depoimento de Edson José da Silva)

“que sempre quando tem ações comunitárias a Direção Geral do Hospital requisita por telefone o envio de medicamentos do posto para a Regional de Saúde do Guará; Que quem costuma fazer estas ligações é a enfermeira Sandra, que trabalha na Saúde da Comunidade e ajuda na assessoria da Diretora Ana Raolino; que não é um procedimento normal este tipo de requisição, pois tais pedidos nunca são feitos por escrito; que os pedidos são feitos sempre em nome da Diretora, pelo que são devidamente cumpridos; ...que o Hospital não deveria requisitar medicamentos aos Centros de Saúde nesses casos, e sim à Farmácia Central, pois por vezes os Centros ficam desabastecidos e a população desatendida, gerando necessidade de um pedido extra de medicamentos;

Fl. 68* (Depoimento de Sandra Maria Vale Carneiro)

“que a rigor o mais correto seria pedir tais medicamentos à farmácia da regional que por sua vez requisitaria os mesmos à farmácia central; que a declarante não sabe explicar porque a Dra. Ana Raolino não procedeu assim;

Fl. 125v* (Depoimento de Ana Maria Raulino de Medeiros Coly)

“QUE: quanto ao Posto de Saúde do Conjunto Habitacional Lúcio Costa, a depoente confirma que foi realizado um mutirão de saúde na Vila Estrutural no dia 11/09/2004, ...;QUE: a Chefe do Núcleo a servidora SANDRA solicitou as Farmácias dos Centros de Saúde da Regional do Guará, via telefone, que fosse verificado a possibilidade da disponibilização de medicamentos que estivessem com o estoque a maior no Centro de Saúde para que fosse utilizado no mutirão;

(grifos nossos)

16. Os depoimentos dos servidores José da Silva Varão Júnior (fls. 70-73*) e Francisca Iva Ximenes Gonçalves (fls. 74-76*), prestados perante o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na essência, refletem as mesmas declarações prestadas por estes na Comissão de Sindicância e acima referidas.

17. Como visto dos depoimentos, **mostra-se que houve, por parte da servidora Ana Maria Raulino de Medeiros Coly, Diretora da Regional de Saúde do Guará, ingerência nos setores de medicamentos das unidades de saúde do Guará, em vista das suas reiteradas solicitações de medicamentos,**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23426/2008
Rubrica: _____

sem os devidos procedimentos de controles e ainda sem a fundamentação legal a que se destinavam.

18. Desta forma, como bem destacado pelo Controle Interno, a servidora, como Diretora da Regional de Saúde do Guará, a qual deveria zelar pelo fiel cumprimento das normas regulamentares acabou por incorrer em práticas que deram prejuízo ao erário. Assim, deve ser responsabilizada pelo prejuízo experimentado pelos cofres públicos.

19. A diferença encontrada (prejuízo ao erário) foi precificada no total de R\$ 8.749,91 (fls. 159-162*) que atualizada, em 19.9.2014, pelo Sindec, totaliza R\$ 12.900,89 (fl. 109).

20. Diante do exposto, **concordando com as conclusões da Comissão Tomadora, ficou demonstrada a responsabilidade da servidora Ana Maria Raulino de Medeiros Coly, uma vez que descumpriu os normativos legais, conforme destacado na Matriz de Responsabilização (fl. 110), ocasionando prejuízo ao erário distrital.** Portanto, deve ser ressarcido pela servidora o valor de R\$ 12.900,89, atualizado pelo Sindec/TCDF, em 19.9.2014 (fl. 109).

21. Nesse contexto, considerando o valor apurado do débito e o estabelecido no art. 12 da Resolução TCDF nº 102/982, entendemos que deve o Tribunal determinar à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF, nos termos do precedente na Decisão nº 3377/20123, que utilize procedimentos sumários e econômicos com vista ao ressarcimento do dano, que deverá ser atualizado até a data de pagamento (LC nº 435/01), assegurando-se o direito de ampla defesa e do contraditório e dando ênfase à negociação para ressarcimento do dano, fazendo-se os respectivos registros no demonstrativo de que trata o art. 14 da Resolução nº 102/1998.

(Grifos postos)

O Ministério Público de Contas do Distrito Federal, por meio do Parecer n.º 1078/2014-MF (fls. 119/122), coaduna integralmente com as ponderações e sugestões alvitadas pelo Corpo Técnico.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23426/2008
Rubrica: _____

VOTO

Conforme relatado, trata-se de TCE instaurada com a finalidade de apurar a responsabilidade pelo prejuízo causado ao Erário Distrital em virtude do desvio de medicamentos em algumas Unidades de Saúde da RA do Guará, no ano de 2004.

Nota-se que a referida Tomada de Contas Especial fora instaurada em cumprimento à determinação desta Corte de Contas contida no item b.5 da Decisão n.º 42/2006.

Apurados os fatos pela Comissão constituída no âmbito da então Secretaria de Estado de Transparência em Controle, restou comprovada a requisição e distribuição irregular de medicamentos das Unidades de Saúde da Região Administrativa do Guará, sendo apontada a servidora Ana Maria Raulino de Medeiros Coly como responsável pelo prejuízo causado ao Erário.

A Controladoria-Geral acatou as conclusões da TCE, e, ao final, concluiu pela irregularidade das contas da mencionada servidora.

Encaminhados os autos a esta Corte de Contas, o Corpo Técnico apresenta conclusão nos seguintes termos, no que é acompanhada integralmente pelo i. *Parquet* Especial:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23426/2008
Rubrica: _____

22. A presente TCE contempla satisfatoriamente o disposto na Resolução nº 102/1998.

23. Conforme apontado no Relatório de TCE nº 91/2012 - DISIM/SUTCE/STC (fls. 316-319*), **ficou demonstrada a responsabilidade da servidora da Secretaria de Estado de Saúde do DF, Sra. Ana Maria Raulino de Medeiros Coly, uma vez que descumpriu os normativos legais, ocasionando prejuízo ao erário distrital. Portanto, deve a servidora ressarcir ao erário distrital o valor de R\$ 12.900,89, atualizado pelo Sindec/TCDF, em 19.9.2014** (fl. 109).

24. Assim, **em vista do valor do dano apurado, deve o Tribunal determinar à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF, nos termos do precedente na Decisão nº 3377/20124, que utilize procedimentos sumários e econômicos com vista ao ressarcimento do dano (art. 12 da Resolução TCDF nº 102/98), que deverá ser atualizado até a data de pagamento (LC nº 435/01), assegurando-se o direito de ampla defesa e do contraditório aos envolvidos e dando ênfase à negociação para ressarcimento do dano, fazendo-se os respectivos registros no demonstrativo de que trata o art. 14 da Resolução nº 102/1998.**

(Grifos postos)

A meu ver, assistem razão os Órgãos Técnico e Ministerial.

Isto porque, após a edição da Resolução TCDF n.º 181/2007 que fixou novo valor de alçada para envio de TCE ao Tribunal, ficou estabelecida regra de transição por meio da Decisão nº 3377/2012.

Da leitura do voto condutor do *decisum* acima, depreende-se que tal regramento se aplica a TCEs instauradas ou mandadas instaurar pelo Tribunal no período de 1996 a 2006.

Assim, noto que o presente caso se amolda perfeitamente ao disposto no artigo 12 da Resolução n.º 102/1998 a que alude o item III-b da Decisão n.º 3377/2012, a seguir destacado:

III - recomendar à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal - STC que, na instrução e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23426/2008
Rubrica: _____

processamento de tomadas de contas especiais - TCE, adote os seguintes procedimentos: (...)

b) no caso de TCE cujo prejuízo estimado estiver abaixo do valor de alçada estabelecido pela Resolução nº 181/2007, em atenção ao artigo 12 da Resolução nº 102/1998, adote procedimentos sumários e econômicos de apuração de responsabilidade, assegurando-se o direito de ampla defesa e do contraditório aos envolvidos, dando ênfase à negociação para ressarcimento do dano ou reposição do bem;

Desse modo, considerando que o valor do prejuízo estimado no presente caso está abaixo do valor de alçada dessa Corte de Contas e, ainda, levando em consideração os regramentos acima citados, entendo que a medida que se impõe é o arquivamento dos presentes autos e o envio de determinação à Corregedoria Geral do Distrito Federal (antiga Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF, conforme art. 8º, § 1º, inciso XXII do Decreto Distrital n.º 36.236/2015) para que adote procedimento sumário e econômico para o ressarcimento do dano apurado.

Pelo exposto, em consonância com os Órgãos Técnico e Ministerial, com os ajustes redacionais que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento da presente Tomada de Contas Especial, objeto do Processo nº 060.017.085/2004;
- II. determine à Corregedoria Geral do Distrito Federal que adote procedimento sumário e econômico com vista ao ressarcimento do prejuízo apurado, conforme previsto no art. 12 da Resolução TCDF nº 102/98, assegurando-se o direito de ampla defesa e do contraditório e dando ênfase à negociação para ressarcimento do dano no valor de 12.900,89 (fl. 109), que deverá ser atualizado na data de pagamento (LC nº 435/01), relativo ao prejuízo ocorrido à SES/DF, face ao descumprimento dos normativos legais pela servidora Ana Maria Raulino



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23426/2008

Rubrica: _____

de Medeiros Coly, o que resultou em diferenças no quantitativo de medicamentos da Regional de Saúde do Guará no ano de 2004, fazendo-se os respectivos registros no demonstrativo de que trata o art. 14 da Resolução nº 102/1998;

III. autorize:

- a. o envio de cópia do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser deliberada juntamente com os processos apensos à Corregedoria Geral do Distrito Federal para cumprimento da determinação;
- b. o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes e arquivamento

Brasília, em de de 2015.

MANOEL DE ANDRADE

Relator